

**LIVRO DE
QUESTÕES**

MPU



EXPEDIENTE

Diretora editorial	Juliana Pivotto
Coordenação editorial	Mari de Barros
Revisão	Equipe de Revisão Nova Concursos
Projeto gráfico	Equipe Nova Concursos
Diagramação	Joyce Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

MPU / Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco...[et al].
-- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
346 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-00-9

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Brasil.
Ministério Público Federal - Concurso 3. Concursos -
Problemas, questões, exercícios I. Branco, Zenaide
Auxiliadora Pachegas

CDU 35.08(079.1)

18-0220

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT001-19-MPU

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático	47
Informática	93
Administração de Recursos Materiais.....	115
Administração Financeira e Orçamentária	133
Administração Geral e Pública.....	149
Gestão de Pessoas	171
Direito Constitucional.....	189
Direito Administrativo	211
Direitos Humanos	239
Ética no Serviço Público	251
Direito Civil.....	267
Direito Processual Civil.....	277
Direito Penal.....	287
Direito Processual Penal	297
Legislação Aplicada ao MPU e ao CNMP	309

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

1. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010) A recuperação econômica dos países desenvolvidos começou perigosamente a perder fôlego. A reação dos indicadores de atividade na zona do euro, que já não eram robustos ou mesmo convincentes, é agora algo semelhante à paralisia. Os Estados Unidos da América cresceram a uma taxa superior a 3% em 12 meses, mas a maioria dos analistas aposta que a economia americana perderá força no segundo semestre. O corte de 125 mil empregos em junho indica que a esperança de gradual retomada do crescimento do mercado de trabalho no curto prazo era prematura e não deverá se concretizar. As razões para esse estancamento encontram-se no comportamento do polo dinâmico da economia mundial, os países emergentes, cujo desenvolvimento econômico começou a desacelerar — ainda que a partir de taxas exuberantes de expansão.

Valor Econômico, Editorial, 6/7/2010 (com adaptações).

No trecho *“cujo desenvolvimento econômico (...) expansão”*, identifica-se relação de causa e consequência entre a construção sintática destacada com travessão e a oração que a antecede.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – TÉCNICO DO MPU – APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – MÉDIO – CESPE – 2013) O Ministério Público é fruto do desenvolvimento do estado brasileiro e da democracia. A sua história é marcada por processos que culminaram na sua formalização institucional e na ampliação de sua área de atuação.

No período colonial, o Brasil foi orientado pelo direito lusitano. Não havia o Ministério Público como instituição. Mas as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas de 1603 já faziam menção aos promotores de justiça, atribuindo a eles o papel de fiscalizar a lei e de promover a acusação criminal. Existiam os cargos de procurador dos feitos da Coroa (defensor da Coroa) e de procurador da Fazenda (defensor do fisco).

A Constituição de 1988 faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo Das Funções Essenciais à Justiça. Define as funções institucionais, as garantias e as vedações de seus membros. Isso deu evidência à instituição, tornando-a uma espécie de ouvidoria da sociedade brasileira.

Internet: <www.mpu.mp.br> (com adaptações).

No período *“A sua história é marcada por processos que culminaram”*, o termo “que” introduz oração de natureza restritiva.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Vamos ao trecho: cujo desenvolvimento econômico começou a desacelerar, ainda que a partir de taxas exuberantes de expansão, o termo em destaque é uma conjunção concessiva, ou seja, tem o sentido de “apesar de”, quebrando a ideia de “regra” dita na oração que antecede/sucedee.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

A sua história é marcada por processos que culminaram; o “que” pode ser substituído por “os quais”, então funciona como pronome relativo, presente nas orações subordinadas adjetivas; como não há a presença da vírgula, temos uma adjetiva restritiva (restringe a informação dada anteriormente).

GABARITO OFICIAL: CERTO

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Sara Martins de Oliveira

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Lecionou na Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã, São Paulo, no Curso de Administração.

Tutora presencial do curso EAD de Ciências Contábeis, realizado pela Universidade Anhanguera.

Professora de conteúdo preparatório para concursos públicos, em vários cursos de graduação e pós-graduação do país, destacando-se: Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos.

Especialidade no desenvolvimento da autoria do comentário de questões gabaritadas para o complemento do banco de vários editoriais.

Contadora.

NÚMEROS PRIMOS

1. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESAF – 2004) Ana e Júlia, ambas filhas de Márcia, fazem aniversário no mesmo dia. Ana, a mais velha, tem olhos azuis; Júlia, a mais nova, tem olhos castanhos. Tanto o produto como a soma das idades de Ana e Júlia, consideradas as idades em número de anos completados, são iguais a números primos. Segue-se que a idade de Ana, a filha de olhos azuis, em número de anos completados, é igual:

- a) à idade de Júlia mais 7 anos.
- b) ao triplo da idade de Júlia.
- c) à idade de Júlia mais 5 anos.
- d) ao dobro da idade de Júlia.
- e) à idade de Júlia mais 11 anos

CONJUNTOS

2. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE– 2013) Em razão da limitação de recursos humanos, a direção de determinada unidade do MPU determinou ser prioridade analisar os processos em que se investiguem crimes contra a administração pública que envolvam autoridades influentes ou desvio de altos valores. A partir dessas informações, considerando P = conjunto dos processos em análise na unidade, A = processos de P que envolvem autoridades influentes, B = processos de P que envolvem desvio de altos valores, $C_p(X)$ = processos de P que não estão no conjunto X , e supondo que, dos processos de P , $\frac{2}{3}$ são de A e $\frac{3}{5}$ são de B , julgue os itens a seguir.

Selecionando-se ao acaso um processo em trâmite na unidade em questão, a probabilidade de que ele não envolva autoridade influente será superior a 30%.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE– 2013) Em razão da limitação de recursos humanos, a direção de determinada unidade do MPU determinou ser prioridade analisar os processos em que se investiguem crimes contra a administração pública que envolvam autoridades influentes ou desvio de altos valores. A partir dessas informações, considerando P = conjunto dos processos em análise na unidade, A = processos de P que envolvem autoridades influentes, B = processos de P que envolvem desvio de altos valores, $C_p(X)$ = processos de P que não estão no conjunto X , e supondo que, dos processos de P , $\frac{2}{3}$ são de A e $\frac{3}{5}$ são de B , julgue os itens a seguir.

A quantidade de processos com prioridade de análise por envolverem, simultaneamente, autoridades influentes e desvios de altos valores é inferior à de processos que não são prioritários para análise.

() CERTO () ERRADO

1.

A questão informa que:

- A soma das idades resulta em um número primo
- O produto das idades resulta em um número primo.

Os números primos são aqueles divisíveis por eles mesmos e por 1. Considerando o conjunto dos primeiros números primos, temos: {1, 2, 3, 5, 7, 11, 13, 17, 19, ...}. É importante observar que somente o número 2 é par e número primo, todos os outros são ímpares.

Como sabemos que a soma das duas idades é um número primo e considerando que a soma de números ímpares produz um resultado com número par e o único número par primo é o 2. Desta forma, o número 2 obrigatoriamente deve ser uma das idades, pois, não podemos somar dois números primos diferentes, que são ímpares, e o resultado ser 2.

Ao realizarmos a soma do número 2 com um número ímpar, teremos um resultado ímpar e que poderá ser um número primo.

Também sabemos que a multiplicação das duas idades, resulta em um número primo. Como já sabemos que 2 é uma das idades, verificamos que multiplicando 2 por qualquer número, passaremos a ter um resultado que será divisível por 2.

Como os números divisíveis por 2 não são números primos, exceto o próprio 2 ou 1. Como as idades são diferentes temos que multiplicar por 1. Logo: $2 \times 1 = 2$.

Portanto Júlia tem 1 ano e Ana tem 2 anos, sendo que, Ana tem o dobro da idade de Júlia.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

Para resolver está questão é preciso extrair as seguintes informações do item:

- P = conjunto dos processos em análise na unidade,
- A = processos de P que envolvem autoridades influentes,
- Dos processos de P, $\frac{2}{3}$ são de A

Desta forma, sabemos:

A probabilidade de ser (A) = $\frac{2}{3}$; e não ser (\bar{A}) = $\frac{1}{3}$, pois é justamente o complemento, o que falta para um inteiro, ou seja, $\frac{3}{3}$. Que também pode ser encontrado pela subtração da fração $3 - 2 = 1$.

Para saber o percentual da probabilidade de não ser (\bar{A}) = $\frac{1}{3}$, basta multiplicar por 100:

$$(\bar{A}) = \frac{1}{3} \cdot 100 = \frac{100}{3} = 33,33\%$$

Sendo assim, a probabilidade de selecionar ao acaso um processo que não envolva autoridade influente é de 33,33%, ou seja, superior a 30%.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

A questão informa que:

A = autoridades influentes = $\frac{2}{3}$

B = desvios de altos valores = $\frac{3}{5}$

Sendo assim podemos encontrar o Total de Processo (TP), através do produto dos denominadores $3 \cdot 5 = 15$

Desta forma teremos:

A = $\frac{2}{3} \cdot 15 = 10$

B = $\frac{3}{5} \cdot 15 = 9$

A questão afirma que $A \cap B < \text{Não Prioridades} (\tilde{N}P)$

A partir dessas informações o cálculo poderá ser construído:

$$TP = A + B + \tilde{N}P - A \cap B$$

$$15 = 10 + 9 + \tilde{N}P - A \cap B$$

$$A \cap B = 19 - 15 + \tilde{N}P$$

$$A \cap B = 4 + \tilde{N}P$$

Sendo assim, temos $A \cap B = 4 + \tilde{N}P$, ou seja $A \cap B > \tilde{N}P$ e não menor, como afirma o item.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Ovidio Lopes da Cruz Netto

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <www.ovidio.eng.br/nossavida> e seu desenvolvimento social. Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008. Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007. Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004. Trabalha com educação desde o ano de 2003. Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina. Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

BROFFICE

1. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010) A opção Estrutura de tópicos do menu Exibir do Impress permite fazer a conversão de um texto que foi digitado em forma de parágrafos dentro da caixa para a exibição em forma de tópicos, construídos a partir de cada frase isolada por um ponto final.

CERTO ERRADO

2. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010) O formato padrão de arquivos criados no aplicativo Writer do BrOffice possui a terminação ODT, que é um dos formatos do Open Document Format.

CERTO ERRADO

3. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010) Para facilitar a publicação de arquivos na Internet, usuários do aplicativo Impress podem visualizar uma apresentação de slides em forma de arquivo HTML por meio da opção Visualizar no Navegador da Web, disponível no menu Arquivo.

CERTO ERRADO

LIBRE OFFICE

4. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE DIREITO – CESPE – 2013) O LibreOffice é uma suíte de escritório livre, criada para ser executada exclusivamente no ambiente Linux e oferecer todas as funções esperadas de uma suíte profissional: editor de textos, planilha, apresentação, editor de desenhos e banco de dados.

CERTO ERRADO

MS OFFICE EXCEL

A figura posterior ilustra uma planilha em edição no Microsoft Excel 2007 (MS Excel 2007), que apresenta valores hipotéticos de seis processos. Nessa planilha, o total e a média aritmética dos valores dos seis processos serão inseridos nas células C8 e C9, respectivamente. Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes.

	A	B	C	D	E	F
1	N.º Processo	Estado	Valor			
2	23456	SP	R\$ 3.929.100,00			
3	45321	DF	R\$ 634.321,00			
4	65432	SP	R\$ 498.120,00			
5	76222	DF	R\$ 23.400,00			
6	13450	RJ	R\$ 987.600,00			
7	43210	MG	R\$ 876.000,00			
8	Total					
9	Média					
10						
11						
12						

5. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010) Ao serem selecionados os cabeçalhos apresentados na primeira linha da planilha em edição e se clicar a ferramenta , os cabeçalhos serão automaticamente centralizados tanto horizontal quanto verticalmente.

() CERTO () ERRADO

6. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010) Para formatar a fonte dos valores abaixo de R\$ 500.000,00 com a cor vermelha e a dos valores acima de R\$ 500.000,00 com a cor azul, é suficiente selecionar a coluna, clicar o menu Fórmulas, digitar =SE(C2<500000;"vermelho";"azul") e arrastar tudo, copiando a fórmula para as demais células dessa coluna.

() CERTO () ERRADO

7. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010) Para classificar os processos do menor valor para o maior, é suficiente selecionar as células de C2 até C7; clicar a ferramenta ; selecionar a opção Classificar do Menor para o Maior e, em seguida, clicar o botão Classificar.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

O modo estrutura de tópicos permite visualizar a apresentação de slides em uma única área, como parágrafos de níveis diferentes, ou seja, com este modo de visualização é possível digitar rapidamente, os vários tópicos e níveis de textos da apresentação e os slides sejam automaticamente criados. As frases não precisam terminar em "." (ponto final) como determina a afirmação.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

ODF é Open Document Format, com suas especificações ODT (Text, documento de texto), ODS (SpreadSheet, planilhas eletrônicas), ODP (presentation, apresentação de slides).

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Com o BrOffice Impress é possível visualizar como os slides serão apresentados em formato HTML, tal opção se encontra no menu Arquivo do BrOffice Impress.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

O LibreOffice (que anteriormente era BrOffice, derivado do OpenOffice) é um pacote de aplicativos livre (software livre, distribuição gratuita, código fonte disponível) para escritório semelhante ao Microsoft Office, e pode ser executada em diferentes plataformas, inclusive o Windows.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5.

Ao serem selecionados os cabeçalhos apresentados na primeira linha da planilha em edição e clicar na ferramenta descrita na questão, o conteúdo do cabeçalho selecionado ficará alinhado apenas na vertical.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

6.

Para que a se consiga o que se propõe com esta afirmação seria necessário utilizar o recurso de formatação condicional, criando uma regra para formação para os valores abaixo de R\$ 500.000,00. A utilização da função condicional "SE" na questão faz com que o texto "vermelho" ou "azul" apareça como resultado caso o valor da célula C2 seja menor que R\$ 500.000,00.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

7.

A operação está toda certa, somente o final está errado. Pois ao selecionar a opção "Classificar do Maior para o Menor" a classificação já é feita, não precisa clicar

depois em "Classificar", como diz a questão, porém pode-se questionar: "mas a questão diz selecionar, e selecionar é só colocar o mouse sobre a opção", mesmo assim neste caso a opção a se clicar é "Classificar do Maior para o Menor", e não somente "Classificar" como aponta a questão.

GABARITO OFICIAL: CERTO

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES

1. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2013) No que se refere à gestão da qualidade e a modelos de excelência gerencial, julgue os itens a seguir. Para tanto, considere que a sigla PDCA, sempre que mencionada, significa *plan, do, check, act*.

O just in case e o just in time são ferramentas administrativas utilizadas, em regra, para a consecução do mesmo objetivo: o aprimoramento da gestão de insumos nas organizações.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2013)

	Semana										total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Necessidade	30	2	0	8	42	0	5	12	30	3	132
Compra	30	2	0	8	42	0	5	12	30	3	132
Saldo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Considerando a tabela acima que ilustra o perfil de reposição de determinado item de consumo, julgue o que se segue.

Se o item em questão for matéria-prima, a inspeção deverá ocorrer na fábrica do fornecedor e não no ato da recepção da mercadoria.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2013)

	Semana										total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Necessidade	30	2	0	8	42	0	5	12	30	3	132
Compra	30	2	0	8	42	0	5	12	30	3	132
Saldo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Considerando a tabela acima, que ilustra o perfil de reposição de determinado item de consumo, julgue os itens que se seguem.

A metodologia utilizada para a reposição do item em questão é o sistema de revisões periódicas.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Essas duas ferramentas defendem aspectos opostos, vejamos:

O Just in case propõe manter o nível de estoque alto e evitar um backorder, além de também se prevenir contra fatores que podem causar surpresas negativas, como pedidos inesperados, mal tempo, problemas no transporte das mercadorias, entre outras.

Já o Just in Time visa o “estoque zero”, no sentido de produzir bens e serviços exatamente no momento em que são necessários, não antes para que não formem estoques e não depois para que seus clientes não tenham que esperar. O objetivo principal é suprir produtos para a linha de produção e clientes da empresa, somente quando for necessário.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Para que a Administração de Materiais cumpra seu papel, que resumidamente se traduz em oferecer à administração os meios de gerir todas as atividades e unidades que componham e/ou participem do ciclo produtivo, faz-se necessário desenvolver tarefas específicas, sendo essas:

Compras
Recepção
Inspeção das entradas
Armazenamento
Movimentação
Controle de Produção
Controle de Estoque
Inspeção de saída
Distribuição

A inspeção pode até ocorrer na fábrica do fornecedor, mas não dispensa a inspeção no momento da entrada do material.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

O ressurgimento dos estoques, dentro do sistema de revisão periódica é feito em intervalos de tempos constantes ou fixos, sendo programadas as datas em que deverão ser realizadas as reposições de material, onde os intervalos de reposições iguais.

O que observamos na tabela é a aplicação da técnica Just in Time, que visa o “estoque zero”, no sentido de produzir bens e serviços exatamente no momento em

que são necessários, não antes para que não formem estoques, e não depois para que seus clientes não tenham que esperar. O objetivo principal é suprir produtos para a linha de produção e clientes da empresa, somente quando for necessário. Observem que a compra é sempre coerente e alinhada à necessidade, nunca além dela.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

TÉCNICAS ORÇAMENTÁRIAS

1. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) Julgue o item a seguir, relativo à políticas públicas e planejamento governamental.

Por meio do orçamento-programa é possível expressar, com maior veracidade, a responsabilidade do governo para com a sociedade, visto que o orçamento deve indicar com clareza os objetivos da nação.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue o item a seguir.

As empresas públicas que recebem da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral estão obrigatoriamente incluídas no orçamento fiscal.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue o item a seguir.

O orçamento de desempenho, por considerar o resultado dos gastos e os níveis organizacionais responsáveis pela execução dos programas, distingue-se do orçamento clássico.

() CERTO () ERRADO

SISTEMA E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

4. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) No que diz respeito aos sistemas e processos orçamentários e à evolução do planejamento no Brasil, julgue o item seguinte.

Os órgãos setoriais integram o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e atuam verticalmente no processo decisório, integrando os produtos gerados no nível subsetorial, coordenado pelas unidades. Esses órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

() CERTO () ERRADO

5. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) No que diz respeito aos sistemas e processos orçamentários e à evolução do planejamento no Brasil, julgue o item seguinte.

A atividade financeira do Estado, caracterizada pela presença constante de uma pessoa jurídica de direito público, tem como principal finalidade a arrecadação de recursos.

() CERTO () ERRADO

PLANOS E PROGRAMAS NACIONAIS, REGIONAIS E SETORIAIS

6. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) No que se refere aos planos nacionais, regionais e setoriais, julgue o próximo item.

De acordo com a Constituição Federal, os planos e os programas nacionais, regionais e setoriais devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual (PPA) e apreciados pelo Congresso Nacional. Devido à sua relação com o PPA, os programas nacionais, regionais e setoriais não podem ter duração superior a quatro anos.

() CERTO () ERRADO

PLANO PLURIANUAL

7. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) Julgue o item seguinte a respeito do plano plurianual (PPA).

A programação financeira tem o objetivo de ajustar o ritmo de execução do PPA ao fluxo provável de recursos financeiros, de modo a executar os programas de trabalho.

() CERTO () ERRADO

8. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) Julgue o item seguinte a respeito do plano plurianual (PPA).

O PPA possui duração de quatro anos, com vigência até o final do mandato presidencial subsequente, devendo ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.

() CERTO () ERRADO

1.

Trata-se do mais moderno tipo de Orçamento, que além de focar nas ações e realizações do governo, é uma ferramenta que permite operacionalizar tudo isso por meio do planejamento.

É a programação orçamentária voltada não só para o controle de gastos, mas também para a avaliação de resultados.

Essa técnica apresenta elementos bem definidos:

Objetivos e propósitos perseguidos pelo ente público, e para cuja execução são empregados os recursos orçamentários;

Programas; instrumentos de integração dos esforços governamentais no sentido da concretização dos objetivos pretendidos;

Custos dos programas, quantificados através da identificação dos meios ou insumos (pessoal, material de consumo, equipamentos, serviços de terceiros, etc.) essenciais para a obtenção dos resultados;

Medidas de desempenho com a finalidade de permitir a avaliação das realizações (produto final obtido) e os esforços despendidos na execução dos diversos programas de governo;

A integração com o planejamento das atividades, na medida em que o orçamento deixa de ser apenas um controle contábil e passa a funcionar também como instrumento de gestão.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Orçamento Fiscal compreende os poderes da União, os Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive as especiais e Fundações instituídas e mantidas pela União. Abrange também, as empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamentos de serviços prestados, transferências para aplicação em programas de financiamento atendendo ao disposto na alínea "c" do inciso I do art. 159 da CF e refinanciamento da dívida externa.

Como vimos acima, o orçamento fiscal inclui a Adm. Indireta e, essa por sua vez, abrange as empresas públicas, portanto, sim, as empresas públicas (desde que dependentes, como no caso do enunciado, ou seja, como o próprio nome indica, são aquelas que dependem de transferências do ente controlador para financiar os seus gastos), estão incluídas no Orçamento Fiscal.

Para memorizar:

– Empresa estatal dependente: incluída no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

– Empresa estatal independente: incluída no Orçamento de Investimentos

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Orçamento de Desempenho ou de Realizações,

A evolução do orçamento clássico trouxe um novo enfoque na elaboração da peça orçamentária, onde, através do orçamento de desempenho, passa a considerar não somente os valores das despesas do governo, mas sim suas ações, o que ele faz com tais verbas, além de avaliar a relação entre o que se pretendia fazer e o que realmente foi feito. Podemos dizer então, que evidenciar as “coisas que o governo compra” passa a ser menos importante em relação as “coisas que o governo faz”.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

A Lei nº 10.180/01 Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e dispõe que:

Da organização e das competências:

Art. 3º O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas.

Art. 4º Integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal:

I – O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central;

II – Órgãos setoriais;

III – Órgãos específicos.

§ 1º Os órgãos setoriais são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º Os órgãos específicos são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

§ 3º Os órgãos setoriais e específicos ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

§ 4º As unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas ou subordinadas aos Ministérios e órgãos setoriais ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e também, no que couber, do respectivo órgão setorial.

§ 5º O órgão setorial da Casa Civil da Presidência da República tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República, ressalvados outros determinados em legislação específica.

Art. 5º Sem prejuízo das competências constitucionais e legais de outros Poderes, as unidades responsáveis pelos seus orçamentos ficam sujeitas à orientação normativa do órgão central do Sistema.

Art. 6º Sem prejuízo das competências constitucionais e legais de outros Poderes e órgãos da Administração Pública Federal, os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e as unidades responsáveis pelo planejamento e orçamento dos demais Poderes realizarão o acompanhamento e a avaliação dos planos e programas respectivos.

Para facilitar a memorização, lembrar-se da escala hierárquica: MPOG > SOF > Órgãos Setoriais > Unidades Orçamentárias > Unidades Administrativas.
Vale lembrar que: em 2016, através da Lei nº 13.341, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que foi alterado para Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

GABARITO OFICIAL: CERTO

5.

A atividade financeira consiste em obter, criar, gerir e despender o dinheiro indispensável para suprir e satisfazer as necessidades públicas, lembrando que há distinção entre essas e as necessidades do Estado. A finalidade última do Estado é a realização do bem comum.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

6.

A primeira parte do enunciado está correto, de fato os programas são elaborados em consonância com o PPA, no entanto, na segunda parte do enunciado encontramos o erro da questão, que está em limitar a duração dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais para 4 anos, visto que esses programas podem ser de médio ou longo prazo, como aqueles de duração continuada, enquanto o plano plurianual – PPA é instrumento de planejamento de médio prazo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

7.

A programação financeira tem por objetivos:

I – Assegurar às unidades orçamentárias, em tempo hábil, a soma de recursos necessários para a melhor execução do programa de trabalho;

II – Manter durante o exercício financeiro o equilíbrio entre receita arrecadada e despesa realizada, visando reduzir eventuais insuficiências de recursos.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

8.

Cuidado, muita gente confunde a vigência do PPA com o período de vigência do mandato, porém, o plano plurianual, com vigência de quatro anos (do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte), tendo como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Sobre o Autor

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) Julgue o item a seguir, relativos a políticas públicas e planejamento governamental.

As políticas públicas correspondem à soma das atividades articuladas pelos governos para melhorar a vida dos cidadãos. As decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? Que diferença isso faz?

() CERTO () ERRADO

ÉTICA

2. (MPU – TÉCNICO DO MPU – CESPE – 2015) Acerca de ética e função pública, julgue os itens que se seguem.

Para que a conduta do servidor público seja considerada irrepreensível é suficiente que ele observe as leis e as regras imperativas.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE – 2015) Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 e nos preceitos de ética, moral e cidadania, julgue o item seguinte.

Uma vez que a moral se reveste de conteúdo mais doutrinário e normativo que a ética, é correto afirmar que um dos fundamentos de existência da noção de moral seria a formação de uma base teórica para o estudo da ética.

() CERTO () ERRADO

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4. (MPU – TÉCNICO DO MPU – CESPE – 2015) Julgue o item a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.

Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.

() CERTO () ERRADO

1.

A Análise de Política, ao focar no comportamento dos atores sociais e no processo de formulação da agenda e da política, busca entender o porquê e para quem aquela política foi elaborada, e não só olhar o conteúdo da política pública em si. Há diversos entendimentos do que seja Política Pública, mas a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell: Decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder as questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

O Código de Ética do Servidor Público é claro quando diz que o servidor não poderá nunca desprezar o elemento ético de sua conduta.

A ética define o que é certo e o que é errado, e a moral nos mostra os caminhos de como chegar a um ou a outro, portanto, fazer uso de conveniência, de eficiência, de legalidade são formas que temos de exercer um comportamento ético.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

A moral é objeto de estudo da ética.

A **Ética** é a parte da filosofia, ela define o que é certo e o que é errado, o que é bom e mal, enquanto a moral, representa um conjunto de regras que nos mostra os caminhos de como chegar a um ou outro.

Portanto, o enunciado apresenta conceito invertido.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

Características das Autarquias

- Criação por lei.
- Personalidade jurídica pública.
- Capacidade de autoadministração.
- Especialização dos fins ou atividades.
- Sujeição a controle ou tutela

GABARITO OFICIAL: ERRADO

GESTÃO DE PESSOAS

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

EDUCAÇÃO, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

1. (MPU – ANALISTA – CESPE – 2013) No que se refere a educação e treinamento, julgue o item a seguir.

O sucesso da implementação de uma universidade corporativa em uma organização pública depende do envolvimento de líderes que atuarão tanto como professores tanto como alunos.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – ANALISTA – CESPE – 2010) Considerando a importância da educação a distância (EAD) e da educação corporativa, julgue o item a seguir.

O sucesso de ações de educação corporativa depende mais do comprometimento da alta cúpula da empresa do que da sinergia entre os programas educacionais e os projetos sociais das organizações.

() CERTO () ERRADO

GESTÃO DO CONHECIMENTO

3. (MPU – ANALISTA – CESPE – 2013) Desejando externalizar o conhecimento tácito que determinado colaborador detenha sobre a elaboração de estudos técnicos, por exemplo, a organização deve documentar esse conhecimento de modo que seja possível a outros colaboradores reproduzi-lo facilmente. Nesse tipo de situação, observa-se a conversão do conhecimento tácito em explícito.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – ANALISTA – CESPE – 2013) Considerando-se a espiral do conhecimento, é correto afirmar que situações em que os colaboradores de uma organização convertem o conhecimento explícito em tácito correspondem à etapa denominada combinação.

() CERTO () ERRADO

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

5. (MPU – ANALISTA – CESPE – 2013) A respeito do comportamento organizacional, julgue o próximo item. Apesar de não se relacionar ao comprometimento organizacional, a satisfação no trabalho é reconhecida como variável mitigadora de índices de absenteísmo e de rotatividade

() CERTO () ERRADO

1.

Educação Corporativa, não se trata de conjuntos de salas de aula, mas sim estruturas de processos organizacionais que permitem a criação e sistematização de uma cultura de aprendizagem contínua, com a utilização de inúmeras ferramentas teóricas e práticas para promover o aprendizado, agindo principalmente, a partir do próprio recurso intelectual e pessoal da empresa, onde os funcionários aprendem uns com os outros, organizados em forma tutorial, e compartilham experiências, ideias e informações, no sentido de solucionarem problemas reais da empresa. Após o rompimento com o velho paradigma educacional, não haverá mais espaço para consultores externos que não forem flexíveis o bastante para contextualizarem seus conhecimentos com a realidade e as necessidades das empresas. Neste modelo, os docentes teóricos, repletos de titulações acadêmicas, dividem espaço com aqueles que têm importantes experiências para compartilhar, indo desde diretores e gerentes da própria empresa, até o pessoal que está na linha de frente, captando as necessidades e expectativas do cliente.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Os Sistemas de Educação Corporativa apresentam, na visão de Eboli (2004, p. 57-61) sete princípios de sucesso, que, dão um enfoque conceitual e metodológico para a concepção, a implementação e a análise de projetos de educação corporativa realizados nas organizações de modo geral. Estes princípios são:

1. Competitividade: valorizar a educação como forma de desenvolver o capital intelectual dos colaboradores transformando-os efetivamente em fator de diferenciação da empresa frente aos concorrentes, para ampliar e consolidar sua capacidade de competir, aumentando assim seu valor de mercado através do aumento do valor das pessoas. Significa buscar continuamente elevar o patamar de competitividade empresarial através da instalação, desenvolvimento e consolidação das competências críticas - empresariais e humanas.

2. Perpetuidade: entender a educação não apenas como um processo de desenvolvimento e realização do potencial intelectual, físico, espiritual, estético e afetivo existente em cada colaborador mas também como um processo de transmissão da herança cultural, que exerce influência intencional e sistemática com o propósito de formação de um modelo mental, a fim de conservar, transmitir, disseminar, reproduzir ou até mesmo transformar as crenças e valores organizacionais, para perpetuar a existência da empresa.

3. Conectividade: privilegiar a construção social do conhecimento estabelecendo conexões, intensificando a comunicação empresarial e favorecendo a interação de forma dinâmica para ampliar a quantidade e qualidade da rede de relacionamentos com o público interno e externo (fornecedores, distribuidores, clientes, comunidade etc...) da organização que propiciem gerar, compartilhar e transferir os conhecimentos organizacionais considerados críticos para o negócio.

4. Disponibilidade: oferecer e disponibilizar atividades e recursos educacionais de fácil uso e acesso, propiciando condições favoráveis e concretas para que os colaboradores realizem a aprendizagem “a qualquer hora e em qualquer lugar”, estimulando-os assim a se responsabilizarem pelo processo de aprendizado contínuo e autodesenvolvimento.

5. Cidadania: estimular o exercício da cidadania individual e corporativa e da construção social do conhecimento organizacional, através da formação de atores sociais, ou seja, sujeitos capazes de refletirem criticamente sobre a realidade organizacional, de construí-la e modificá-la continuamente, e de atuarem pautados por postura ética e socialmente responsável, imprimindo assim qualidade superior na relação de aprendizagem entre colaboradores, empresa e sua cadeia de agregação de valor.

6. Parceria: entender que desenvolver continuamente as competências críticas dos colaboradores, no intenso ritmo requerido atualmente no mundo dos negócios, é uma tarefa muito complexa e audaciosa, exigindo que se estabeleçam relações de parceria no âmbito interno e externo, com ideal e interesse comum na educação desses colaboradores.

6.1. Parcerias Internas: estabelecer relações de parceria com líderes e gestores, para que estes se envolvam e se responsabilizem pela educação e aprendizagem de suas equipes, e desempenhem plenamente o papel de educador, formador e orientador no cotidiano de trabalho para que sejam percebidos como lideranças educadoras, cujo modelo de comportamento deve ser seguido e buscado pelos demais colaboradores da empresa.

6.2. Parcerias Externas: realizar parcerias com universidades, instituições de nível superior ou até mesmo clientes e fornecedores que tenham competência para agregar valor às ações e aos programas educacionais corporativos, ancoradas numa concepção comum sobre as necessidades de qualificação da força de trabalho.

7. Sustentabilidade: ser um centro gerador de resultados para a empresa, buscando agregar sempre valor ao negócio. Significa também buscar fontes alternativas de recursos que permitam um orçamento próprio e autossustentável, diminuindo assim as vulnerabilidades do projeto de Educação Corporativa, a fim de viabilizar um sistema de educação realmente contínuo, permanente e estratégico.

O sucesso dessa ação depende da interligação de todos esses aspectos, pois, isso criará o cenário favorável para o sistema de educação corporativa, que tem por finalidade fomentar “o desenvolvimento e a instalação das competências empresariais e humanas consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócios”, de uma forma sistemática, estratégica e contínua.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

O conhecimento explícito, ou codificado, refere-se ao conhecimento transmissível em linguagem formal, sistemática, enquanto o conhecimento tácito possui uma qualidade pessoal, tornando-se mais difícil de ser formalizado e comunicado: “O conhecimento tácito é profundamente enraizado na ação, no comprometimento e no envolvimento em um contexto específico” (Nonaka, 1994).

Nonaka e Takeuchi (1995) propõem um modelo de conversão de conhecimento, pressupondo quatro formas de conversão de conhecimento descritas no quadro abaixo.

	Para	Para
	Conhecimento Tácito	Conhecimento Explícito
De: Conhecimento Tácito	Socialização	Externalização
De: Conhecimento Explícito	Internalização	Combinação

Externalização é um processo no qual o conhecimento tácito se torna explícito, expresso na forma de modelos, metáforas, analogias, conceitos ou hipóteses, apesar de este não ser um conceito bem desenvolvido, de acordo com os autores.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4. Os tipos de transformação do conhecimento são descritos por Nonaka e Takeuchi (1995, p.62) como:

Socialização; os autores entendem a conversão que surge da interação do conhecimento tácito entre indivíduos, principalmente através da observação, imitação e prática. A chave para adquirir conhecimento desse modo é a experiência compartilhada. Um indivíduo pode adquirir conhecimento tácito diretamente de outros, sem usar a linguagem. Os aprendizes trabalham com seus mestres e aprendem sua arte não através da linguagem, mas sim através da observação, imitação e prática (Nonaka e Takeuchi -1995);

Combinação; é uma forma de conversão que envolve diferentes conjuntos de conhecimento explícito controlados por indivíduos. A combinação é um processo de sistematização de conceitos em um sistema de conhecimento. As pessoas trocam e combinam conhecimento através de meios como documentos, reuniões, conversas, redes de comunicação computadorizadas, etc. A reconfiguração das informações existentes através da classificação, do acréscimo, da combinação e da categorização do conhecimento explícito pode levar a novos conhecimentos. O treinamento formal nas escolas normalmente assume essa forma;

Internalização; é a conversão de conhecimento explícito em conhecimento tácito, no qual os autores identificam alguma similaridade com a noção de "aprendizagem", está intimamente relacionada ao "aprender fazendo". As experiências, incluindo aquelas adquiridas nos outros modos de conversão, são internalizadas no conhecimento tácito dos indivíduos sob a forma de modelos mentais ou conhecimentos técnicos. Na internalização, faz-se necessária uma verbalização e diagramação do conhecimento sob forma de documentos, manuais, histórias orais, vídeos, etc. Adquirir novos conhecimentos não é uma questão apenas de instruir-se com os outros ou com livros, mas também aprender através da prática, da experimentação, da interação intensiva entre o sujeito e seu objeto de estudo. Esta forma de aquisição de conhecimento pode ser representada pela simulação de sistemas, onde o conhecimento e respeito de determinado sistema são adquiridos através da análise de diversos cenários.

Externalização; é um processo no qual o conhecimento tácito se torna explícito, expresso na forma de modelos, metáforas, analogias, conceitos ou hipóteses, apesar de este não ser um conceito bem desenvolvido, de acordo com os autores. A situação descrita representa a Internalização.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5.

Quando falamos em comprometimento organizacional nos referimos à uma relação de mão dupla entre indivíduo e organização, de tal forma que, a satisfação no trabalho está sim relacionada ao nível de comprometimento, afinal, quanto mais satisfeito o indivíduo estiver em seu trabalho, maior será o nível de entrega, de disposição, de interesse de permanência, de envolvimento dele com a organização, gerando assim um comprometimento mais profundo dele com a organização e, por consequência, o aumento de valorização e interesse dessa pela permanência dele.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

Instrução: Nas questões a seguir, preencha o campo designado com o código C, caso julgue o item certo; ou com o código E, caso julgue o item errado.

1. (MPU – CESPE – 2013) Considerando as regras do direito constitucional, julgue o item a seguir.

Embora os direitos e as garantias fundamentais se destinem essencialmente às pessoas físicas, alguns deles podem ser estendidos às pessoas jurídicas.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – TÉCNICO SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) Os direitos fundamentais arrolados pela CF balizam o trabalho do servidor público. Considerando as disposições constitucionais insculpidas nos artigos que vão do 5º ao 15º; julgue o seguinte item: As cartas dirigidas a servidor podem ser livremente abertas pelos órgãos de segurança institucional.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – TÉCNICO SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) Os direitos fundamentais arrolados pela CF balizam o trabalho do servidor público. Considerando as disposições constitucionais insculpidas nos artigos que vão do 5º ao 15º, julgue os itens subsecutivos. Só a lei pode obrigar a pessoa a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – TÉCNICO SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) Os direitos fundamentais arrolados pela CF balizam o trabalho do servidor público. Considerando as disposições constitucionais insculpidas nos artigos que vão do 5.º ao 15, julgue os itens subsecutivos.

A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

() CERTO () ERRADO

5. (MPU – TÉCNICO SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) Os direitos fundamentais arrolados pela CF balizam o trabalho do servidor público. Considerando as disposições constitucionais insculpidas nos artigos que vão do 5.º ao 15, julgue os itens subsecutivos.

É incondicional o direito à reunião com fins pacíficos em local aberto ao público.

() CERTO () ERRADO

1. Aplicam-se em partes os direitos da personalidade à pessoa jurídica, conforme se depreende da interpretação conjunta do art. 5º, X da CF e art. 52 do Código Civil.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2. No caso em questão, emprega-se a inviolabilidade de correspondência, previsto no art. 5º, XII da CF.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3. A assertiva refere-se ao princípio da legalidade (especificadamente legalidade genérica), mencionado na Carta Magna no art. 5º, II.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4. É o que prevê o art. 5º, XLII da Constituição Federal.

GABARITO OFICIAL: CERTO

5. Estabelece o art. 5º, XVI da CF o direito de reunião, sendo que qualquer pessoa poderá reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e proceda a aviso prévio à autoridade competente, este último trata-se de uma exigência.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Instrução: Nas questões a seguir, preencha o campo designado com o código C, caso julgue o item certo; ou com o código E, caso julgue o item errado.

1. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) O servidor responsável pela segurança da portaria de um órgão público desentendeu-se com a autoridade superior desse órgão. Para se vingar do servidor, a autoridade determinou que, a partir daquele dia, ele anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem do imóvel.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

O ato praticado pela autoridade superior, como todos os atos da administração pública, está submetido ao princípio da moralidade, entretanto, considerações de cunho ético não são suficientes para invalidar ato que tenha sido praticado de acordo com o princípio da legalidade.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

Dado o princípio da legalidade, a atuação do Estado é limitada pela lei, devendo seus atos, em caso de inobservância desse princípio, ser declarados inválidos ou ser anulados, o que ocorre unicamente por via judicial.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

O princípio da eficiência, segundo o qual todo agente público deve realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional, sobrepõe-se aos demais princípios da administração pública, inclusive ao da legalidade.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

Na relação entre a administração e o administrado, o comportamento que, embora em consonância com a lei, ofenda a moral afronta o princípio da moralidade.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Considerações de cunho ético são sim suficientes para invalidar ato que tenha sido praticado de acordo com o princípio da legalidade, pois não basta que um ato seja lícito, deve também atender à moralidade, até porque ambos são princípios regentes da administração pública (artigo 37, CF). Logo, houve violação ética por parte da autoridade superior, ainda que esta tenha determinado a prática de atos lícitos.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

O erro da assertiva está na afirmação de que a declaração de invalidação ou anulação apenas pode se dar pela via judicial, devido ao princípio da autotutela, conforme súmula 473, STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

Todos os princípios da administração pública possuem equivalência, igual importância hierárquica, não prevalecendo um sobre o outro. Equivalem-se legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, *caput*, CF).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

O princípio da moralidade tem um forte cunho ético e suas nuances vão além da questão da estrita legalidade. Logo, um ato pode ser lícito, mas ofender a moralidade e, como tal, será invalidado.

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITOS HUMANOS

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Instrução: Nas questões a seguir, preencha o campo designado com o código C, caso julgue o item certo, ou com o código E, caso julgue o item errado.

1. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue o item a seguir:

Os estados-membros da Organização das Nações Unidas se comprometem a promover o respeito universal aos direitos e às liberdades humanas fundamentais.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue o item a seguir:

O reconhecimento da dignidade inerente a todas as pessoas, bem como dos seus direitos iguais e inalienáveis, é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue o item a seguir:

Para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros ultrajantes para a consciência da humanidade.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue o item a seguir:

O respeito aos direitos humanos pelo império da lei é essencial para que as pessoas não sintam necessidade de recorrer à rebelião contra a tirania e a opressão.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Consta no preâmbulo da Declaração: "Considerando que os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades".

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

É previsto no preâmbulo da Declaração: "Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo".

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Prevê o preâmbulo da Declaração: "Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade".

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

Neste sentido, o preâmbulo da Declaração: "Considerando ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão".

GABARITO OFICIAL: CERTO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

Instrução: Nas questões a seguir, preencha o campo designado com o código C, caso julgue o item certo; ou com o código E, caso julgue o item errado.

1. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015)

Considerando as disposições do Decreto nº 1.171/1994 e as resoluções da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), julgue o item a seguir.

Em observância aos princípios da publicidade e da transparência, as comissões de ética instituídas pelo Decreto nº 1.171/1994 deverão, a partir da instauração de procedimento para a apuração de infração ética, dar ampla publicidade aos expedientes adotados em todas as fases processuais.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015)

Considerando as disposições do Decreto nº 1.171/1994 e as resoluções da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), julgue o item a seguir.

É vedado ao servidor público, conforme o Decreto nº 1.171/1994, retirar da repartição pública qualquer documento pertencente ao patrimônio público, salvo se estiver legalmente autorizado a fazê-lo.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015)

Considerando as disposições do Decreto nº 1.171/1994 e as resoluções da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), julgue o item a seguir.

Não atentará contra os deveres fundamentais do servidor público, previstos no Decreto nº 1.171/1994, o servidor público federal que, mesmo exercendo a sua função com finalidade estranha ao interesse público, atue em conformidade com as formalidades legais e não viole expressamente disposições de lei.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) Acerca de ética e função pública, julgue o item que se segue.

As características requeridas dos ocupantes de cargos públicos incluem concentração no trabalho, dedicação, empenho para servir a comunidade e competência técnica.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, VII, “salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar”. Contudo, os processos que tramitam perante a Comissão de Ética não são públicos enquanto tramitam, conforme artigo 13, Decreto nº 6.029/2007: “Será mantido com chancela de “reservado”, até que esteja concluído, qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito às normas éticas. § 1º Concluída a investigação e após a deliberação da CEP ou da Comissão de Ética do órgão ou entidade, os autos do procedimento deixarão de ser reservados”.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, XV, “I”, “é vedado ao servidor público: [...] l) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; [...]”.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

O Decreto nº 1.171/1994 prevê em seu inciso XIV, “u”: “São deveres fundamentais do servidor público: [...] u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei; [...]”.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

Os funcionários públicos devem se concentrar no trabalho, isto é, ter foco em suas funções; se dedicar, ou seja, serem aplicados no exercício das funções; se empenhar para servir a comunidade com competência técnica, sempre aperfeiçoando suas habilidades. Tudo isso se relaciona com o dever de eficiência do serviço público. Vale observar o Decreto nº 1.171/1994: “V – O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio; [...] IX – A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina; [...] XIII – O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação”.

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Especialista pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP. Professora especializada.

LINDB

1. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Na interpretação sistemática de lei, o intérprete busca o sentido da norma em consonância com as que inspiram o mesmo ramo do direito.

() CERTO () ERRADO

PESSOA NATURAL

2. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Negócio jurídico simulado por interposição de pessoa, por ocultação da verdade ou por falsidade de data será considerado nulo.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2013) A respeito do direito ao nome, julgue os itens seguintes.

Admite-se, após apreciação judicial, a retificação de registro civil para a inclusão de patronímico paterno no final do nome do filho.

() CERTO () ERRADO

PESSOA JURÍDICA

4. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Com a dissolução da pessoa jurídica, a personalidade desse ente não desaparece, mas subsiste até que a liquidação seja concluída.

() CERTO () ERRADO

5. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) Julgue o item seguinte referente à pessoa jurídica.

A pessoa jurídica pode sofrer dano moral nos casos de violação à sua honra subjetiva.

() CERTO () ERRADO

1.

Art. 352. A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.

Art. 369. A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

O item está correto, já que as três situações narradas se enquadram nas três hipóteses, respectivamente, do art. 167, § 1º *Haverá simulação nos negócios jurídicos quando, quais sejam. § I Aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem. § II Contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira. § III Os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.*

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

Lei de Registros Públicos 6015/73.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.

§ 8º O enteado ou enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos § § 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

“Na interpretação sistemática de lei, o intérprete busca o sentido da norma em consonância com as que inspiram o mesmo ramo do direito.” Ou seja, existe uma análise da relação da norma interpretada com as demais normas do mesmo ordenamento.

Sistemática: Onde o interprete analisará a norma através do sistema em que se encontra inserida, observando o todo para tentar chegar ao alcance da norma no individual, examina a sua relação com as demais leis, pelo contexto do sistema legislativo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

5.

A maioria da doutrina brasileira, seguindo a corrente jusnaturalista, conceitua os danos morais como lesões aos direitos de personalidade. Assim, os danos morais podem atingir tanto a pessoa natural quanto a pessoa jurídica (súmula 227 do STJ). Todavia, há doutrinadores, como Gustavo Tepedino e Heloisa Helena, que entendem que os danos morais são lesões à dignidade humana. Logo, seguindo este entendimento, a pessoa jurídica não sofreria danos morais, mas danos institucionais (posição minoritária).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP). Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP. Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha nos campos a seguir o campo designado com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item ERRADO.

MINISTÉRIO PÚBLICO

1. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) Com base nas normas que regem o processo civil, julgue o item seguinte acerca da função jurisdicional, Ministério Público, nulidades processuais e de sentença.

O Ministério Público será intimado a se manifestar em todas as causas em que a fazenda pública figurar em um dos polos, visto que essa hipótese é de interesse público e social.

CERTO ERRADO

2. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) Com base nas normas que regem o processo civil, julgue o item seguinte acerca da função jurisdicional, Ministério Público, nulidades processuais e de sentença.

A existência de convenção de arbitragem acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito.

CERTO ERRADO

3. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) A respeito de mandado de segurança, ação civil pública, ação de improbidade administrativa e reclamação constitucional, julgue o item que se segue.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de direitos individuais disponíveis, o Ministério Público não detém legitimidade para propor ação, a não ser que exista lei específica que autorize tal atuação.

CERTO ERRADO

4. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) A respeito de mandado de segurança, ação civil pública, ação de improbidade administrativa e reclamação constitucional, julgue o item que se segue.

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, compete à justiça federal processar e julgar mandado de segurança que envolva instituição de ensino superior particular, em razão do interesse da União.

CERTO ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

O MP será intimado nas hipóteses descritas no art. 178, do CPC:

- a) interesse público ou social;
- b) interesse de incapaz;
- c) litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

O interesse público ou social não se confunde com o mero interesse patrimonial da fazenda pública. Nesses casos, o que justifica a atuação do ministério público como fiscal da ordem jurídica é a defesa das suas funções institucionais, a evoluer a proteção da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Art. 485, o juiz não resolverá o mérito quando:

VII – acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

Em relação a convenção de arbitragem o juiz não conhecerá de ofício, nos termos do art. 337, § 5º, CPC.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

“A fronteira para se discernir a legitimidade do órgão ministerial diz respeito à disponibilidade, ou não, dos direitos individuais vindicados. É que, tratando-se de direitos individuais disponíveis e uma vez não havendo uma lei específica autorizando, de forma excepcional, a atuação do Ministério Público (como no caso da Lei nº 8.560/1992), não se pode falar em legitimidade de sua atuação. Todavia, se se tratar de direitos ou interesses indisponíveis, a legitimidade ministerial já decorreria da redação do próprio art. 1º da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público)”.

(REsp 1682836/SP, Rel. Ministro OG Fernandes, Primeira Seção, DJe 30/04/2018)

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

“Nos casos que envolvam instituição de ensino superior particular, este Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial Representativo de Controvérsia (REsp. 1.344.771/PR), pacificou o entendimento de que a União possui interesse, competindo, portanto, à Justiça Federal o julgamento quando a lide versar sobre registro de diploma perante o órgão público competente (inclusive credenciamento junto ao MEC) ou quando se tratar de Mandado de Segurança. Por outro lado, tratando-se de questões privadas concernentes ao contrato de prestação de serviços, salvo Mandado de Segurança, compete à Justiça Estadual processar e julgar a pretensão.”
Fonte: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/639401520/conflito-de-competencia-cc-161234-rj-2018-0254254-4>

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

CRIMES

1. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Acerca dos institutos do direito penal brasileiro, julgue o próximo item.

Em relação às excludentes de ilicitude, na hipótese de legítima defesa, o agente deve agir nos limites do que é estritamente necessário para evitar injusta agressão a direito próprio ou de terceiros.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Acerca dos institutos do direito penal brasileiro, julgue o próximo item.

Por caracterizar inexigibilidade de conduta diversa, a coação moral ou física exclui a culpabilidade do crime.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Acerca dos institutos do direito penal brasileiro, julgue o próximo item.

Tratando-se de concurso de agentes, quando comprovada a vontade de um dos autores do fato em participar de crime menos grave, a pena será diminuída até a metade, na hipótese de o resultado mais grave ter sido previsível, não podendo, contudo, ser inferior ao mínimo da pena cominada ao crime efetivamente praticado

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Acerca dos institutos do direito penal brasileiro, julgue o próximo item.

A homologação de sentença estrangeira para obrigar condenado à reparação de dano requer a existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença.

() CERTO () ERRADO

5. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Com base no direito penal brasileiro, julgue o item a seguir. Considere a seguinte situação hipotética.

Júlio, com intenção de matar Maria, disparou tiros de revólver em sua direção. Socorrida, Maria foi conduzida, com vida, de ambulância, ao hospital; entretanto, no trajeto o veículo foi abalroado pelo caminhão de José, que ultrapassara um sinal vermelho, tendo Maria falecido em razão do acidente.

Nessa situação, Júlio deverá responder por tentativa de homicídio e José, por homicídio culposo.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

A exclusão da ilicitude está prevista no art. § 25, do CP, *entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem*. Observe o princípio da proporcionalidade: que a conduta do defendente a fim de repelir a injusta agressão deve ser a mínima o suficiente.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Vamos lembrar que a coação moral irresistível afasta a culpabilidade do agente na medida em que configura a inexigibilidade de conduta diversa, certo, mas não é reprovável, porquanto não se pode exigir que o agente não pratique a conduta típica. E a coação física afasta a tipicidade do fato, e por isso, não há conduta quando o agente ativo pratica determinado fato por coação física.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

Observe o art. 29, § 2º, do CP: *Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave*. Tratando-se de uma causa geral diminuição de pena, admite-se que transcenda o limite mínimo abstratamente cominado pela lei penal para o crime praticado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

A eficácia de sentença estrangeira é regulada no art. § 9º, do CP, que diz que a sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis. Ou para sujeitá-lo a medida de segurança. A homologação depende de duas circunstâncias, vejamos: a) para os efeitos previstos no inciso I (pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis), de pedido da parte interessada; b) para os outros efeitos, da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça. Observa-se que para fins de reparação de danos, restituições e outros efeitos civis não se exige tratado de extradição imprescindível, no entanto, quando se buscar efeitos criminais.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5.

Primeiro vamos a conduta de Júlio, que disparou contra Maria e lhe causou ferimento, mas não de sua morte, por isso, tentativa de homicídio. Agora o acidente de trânsito, abalroamento do caminhão de José e a ambulância, que devido a este

episódio, Maria faleceu. Aplica-se ao caso o art. § 13, parágrafo primeiro, do CP. Embora o abaloamento e morte de Maria esteja relacionado com os disparos de arma de fogo, os fatos são independentes. Diante disso, o nexu causal entre os disparos efetuados e o homicídio de Maria fora rompido, respondendo Júlio por homicídio tentado em face de Maria, e José por homicídio culposo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. (MPU – ANALISTA – PROCESSUAL – CESPE – 2010) O sistema normativo processual penal e a jurisprudência vedam, de forma absoluta, expressa e enfática a utilização, pelas partes, em qualquer hipótese de prova ilícita no processo penal. Parte inferior do formulário

() CERTO () ERRADO

AÇÃO PENAL

2. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança. A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Maria tem o prazo de seis meses para representar contra o suspeito, iniciando-se a contagem, inclusive, do dia em que fez o reconhecimento na delegacia de polícia.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança. A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Caso Maria seja menor de dezoito anos de idade, cabe ao seu representante legal fazer a representação junto à autoridade policial no prazo legal, sob pena de decadência do direito.

() CERTO () ERRADO

PRISÃO

4. (MPU – ANALISTA – DIREITO – CESPE – 2013) Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança. A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Por ser o crime de estupro hediondo, a prisão temporária do suspeito, caso seja decretada, terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.

() CERTO () ERRADO

1.

O erro da afirmação contida nesta questão está contido no art. 157, do CPP, são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. E no § 1º deste mesmo artigo, são também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

Vamos a regra: art. 38, do CPP, diz que, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

A ação penal no caso de estupro, com a entrada em vigor da Lei nº 12.015/2009, em regra, é ação penal condicionada à representação. Todavia, há exceções: vítima menor de 18 anos, a ação penal é pública incondicionada, do mesmo modo se a vítima for vulnerável, ou se foi praticado mediante violência real, ou ainda se resultou lesão corporal grave ou morte.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

O estupro é crime hediondo conforme art. 1º, III, f, da Lei nº 7.960/1989. Por ser, então, crime hediondo, o prazo da prisão temporária não é de 5 dias, mas de 30 dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, inclui também os crimes de tráfico de drogas, tortura e terrorismo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU E AO CNMP

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

1. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com relação ao Ministério Público e suas funções.

Em uma operação das Forças Armadas em área urbana, um militar disparou sua arma de fogo e o projétil atingiu e feriu um transeunte civil. No desenrolar das investigações, foi suscitado conflito de atribuição entre um promotor de justiça militar e um procurador da República. Nessa situação, caberá à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal decidir acerca do conflito.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015) Com relação ao MPU e aos Ministérios Públicos dos entes federados, julgue o próximo item.

Cabe ao procurador-geral da República apresentar a proposta de orçamento do MPU, que é feita com base na compatibilização dos anteprojetos originários dos diferentes ramos da instituição, e é objeto de avaliação obrigatória do Conselho de Assessoramento Superior do MPU.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015) No que diz respeito aos procuradores-gerais de justiça e aos membros do MPU, julgue o item seguinte.

Para que um procurador da República que esteja afastado da carreira para exercer outro cargo público possa ser promovido por merecimento, é necessária a aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015) Com relação à Lei Orgânica do MPU, bem como às funções, aos princípios institucionais e à autonomia funcional e administrativa do Ministério Público (MP), julgue o item a seguir.

Caso um indivíduo tenha sido preso em flagrante detido por ter cometido crime de competência da justiça federal, o membro do Ministério Público Federal (MPF) que atuar no caso terá independência funcional irrestrita

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

No que tange ao conflito de atribuição entre membros de diferentes ramos do MP (no caso, MPF e MPM), cabe ao PGR decidir o conflito, conforme Lei Complementar nº 75/1993, art. 26, VII.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Em concordância com a LC nº 75/1993, é o Procurador Geral da República quem apresenta a proposta de orçamento com base na compatibilização dos anteprojatos dos diferentes ramos da instituição, sendo que, quem avalia é o Conselho de Assessoramento Superior do MPU.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Conforme art. 201, da LC nº 75/1993, o membro do MPU afastado da carreira para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer ou exercer outro cargo público permitido por lei, não poderá concorrer à promoção por merecimento, até um dia após o regresso.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

Os membros do Ministério Público têm Independência funcional, mas não é irrestrita, pois eles não podem fazer tudo que quiserem e sim seguir o que está nas Leis. Ou seja, o erro da questão está ao dizer que a independência do MPF é "irrestrita".

GABARITO OFICIAL: ERRADO